

## INTERSEÇÕES ENTRE BIOPOLÍTICA, EDUCAÇÃO E INFÂNCIA: DE FOUCAULT À FREIRE, UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

Victoria PEDRAZZI<sup>1</sup>, Ana Luisa Dessoy WEILER<sup>2</sup>, Joice Graciele NIELSSON<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa a construção social do sujeito infantil a partir das tensões entre mecanismos de controle biopolítico e práticas educativas emancipatórias. O objetivo geral é investigar como os dispositivos de poder e saber operam na regulação da infância e de que forma a pedagogia freireana pode oferecer caminhos de resistência. Especificamente, o estudo busca distinguir o poder disciplinar da biopolítica no contexto escolar e confrontar a lógica da "educação bancária" com a autonomia do sujeito. A base teórica fundamenta-se no pensamento de Michel Foucault, para a compreensão das tecnologias de governo dos corpos e das populações, e em Paulo Freire, para a articulação de uma educação como prática da liberdade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza teórica e caráter exploratório, realizada a partir da análise qualitativa de obras fundamentais de ambos os autores e de comentaristas contemporâneos que estabelecem o diálogo entre suas teorias. O problema da pesquisa reside na identificação de como as instituições escolares, ao mesmo tempo em que reproduzem a normatização dos corpos, podem constituir-se como espaços de subjetivação crítica. Os resultados indicam que, embora a infância seja alvo de uma "nosoinfância" e de capturas biopolíticas, a práxis educativa dialógica permite a emergência da criança como sujeito histórico e político. Conclui-se que a educação de resistência exige uma postura ética que reconheça a infância não como uma etapa universal e biológica, mas como um campo de possibilidade e invenção.

**Palavras-chave:** Biopolítica; Direitos Humanos; Educação; Infância; Sujeito;

### ABSTRACT

This article analyzes the social construction of the child subject based on the tensions between biopolitical control mechanisms and emancipatory educational practices. The general objective is to investigate how power and knowledge devices operate in the regulation of childhood and how Freirean pedagogy can offer paths of resistance. Specifically, the study seeks to distinguish disciplinary power from biopolitics within the school context and to confront the logic of "banking education" with the subject's autonomy. The theoretical framework is grounded in the thought of Michel Foucault, to understand the technologies for governing bodies and populations, and in Paulo Freire, for the articulation of education as a practice of freedom. Methodologically, it is a theoretical bibliographical research of an exploratory nature, conducted through a qualitative analysis of fundamental works by both authors and contemporary commentators who establish a dialogue between their theories. The research problem lies in identifying how school institutions, while reproducing the normalization of bodies, can also constitute spaces for critical subjectivation. The results indicate that, although childhood is the target of "nosochildhood" and biopolitical captures, dialogical educational praxis allows for the emergence of the child as a historical and political subject. It is concluded that resistance education requires an ethical stance that recognizes childhood not as a universal and biological stage, but as a field of possibility and invention.

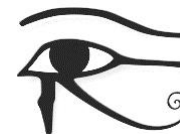
**Keywords:** Biopolitics; Human Rights; Education; Childhood; Subject;

---

<sup>1</sup>Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil. E-mail: [pedrazzivictoria@gmail.com](mailto:pedrazzivictoria@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil. E-mail: [anadessoyweiler@hotmail.com](mailto:anadessoyweiler@hotmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil. E-mail: [joice.gn@gmail.com](mailto:joice.gn@gmail.com)



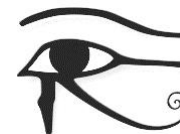
## INTRODUÇÃO

Inspirado nas contribuições de Michel Foucault, este artigo propõe uma análise sobre as interseções entre biopolítica, educação e infância. A noção de biopolítica, entendida como o conjunto de estratégias por meio das quais o poder moderno intervém na vida para regulá-la e administrá-la em termos populacionais, permite lançar luz sobre como o campo educacional participa da gestão dos sujeitos infantis. A escola, nesse sentido, torna-se uma arena onde as tecnologias disciplinares, focadas no adestramento e na vigilância dos corpos individuais através de currículos e avaliações, articulam-se aos dispositivos biopolíticos, que visam a normatização da infância enquanto categoria social e produtiva.

Paralelamente, o pensamento de Paulo Freire oferece uma perspectiva de resistência a esses mecanismos de sujeição. Sua proposta de uma educação dialógica, centrada na autonomia e na criticidade dos sujeitos, tensiona os limites impostos pelas estruturas de poder e convida à construção de uma pedagogia que reconhece a infância como espaço de escuta, participação e transformação. Ainda que partam de epistemologias distintas, Foucault e Freire compartilham uma preocupação comum: a problematização dos modos como os sujeitos são constituídos em contextos marcados por relações assimétricas de poder.

Dessa forma, o artigo propõe uma reflexão crítica sobre como os conceitos de biopolítica e subjetivação, a partir de Foucault, podem ser colocados em diálogo com a pedagogia crítica de Freire, especialmente no que se refere à constituição do sujeito infantil no contexto educacional. Busca-se evidenciar, assim, que mesmo em meio aos dispositivos de controle, há sempre fissuras por onde emergem práticas de resistência, invenção e emancipação. A educação, quando compreendida como prática de liberdade, pode operar como potência de transformação.

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza teórica e caráter exploratório, configurando-se como uma revisão narrativa que busca o mérito científico na articulação interpretativa entre conceitos fundamentais de Michel Foucault e Paulo Freire. O *corpus* de análise foi selecionado mediante critérios de relevância temática e densidade conceitual, priorizando-se, na obra de Foucault, os textos da fase genealógica, a exemplo de *Vigiar e Punir* (1975) e *História da Sexualidade I* (1976), para fundamentar as discussões sobre poder disciplinar e biopolítica. De Paulo Freire, por sua vez, foram selecionadas



as obras magnas *Pedagogia do Oprimido* (1968) e *Pedagogia da Autonomia* (1996), por sistematizarem o diálogo e a consciência crítica como fundamentos da educação emancipatória.

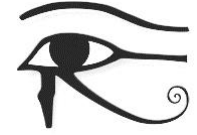
Os procedimentos analíticos seguiram uma abordagem qualitativa de cunho hermenêutico, estruturada a partir de leituras analíticas e fichamentos que permitiram o cruzamento dos dispositivos de controle com as práticas de liberdade. A opção por esse método de seu porque, diferente de uma abordagem hipotético-dedutiva, este estudo não se propõe a testar hipóteses experimentais, mas sim a problematizar a construção social do sujeito infantil por meio de um diálogo teórico que evidencia tensões e convergências entre os autores. A análise orientou-se pela identificação de como as tecnologias de governo dos corpos e das populações podem ser confrontadas pela práxis educativa libertadora, visando oferecer subsídios reflexivos para o campo das políticas públicas e da proteção à infância na contemporaneidade.

O estudo encontra-se dividido em duas seções que correspondem aos seus objetivos específicos, sendo que a primeira parte busca analisar o mecanismo da biopolítica atrelada à educação e ao conceito de infância. Já na segunda, busca-se elucidar, ainda sob um viés interseccional, sobre os pensamentos de Foucault (biopolítica) e Freire (educação) para melhor entendermos suas ideias aplicadas à construção do sujeito atual e moderno.

## **1. INTERSECCIONALIDADES: BIOPOLÍTICA, EDUCAÇÃO E INFÂNCIA**

Faz-se necessária uma breve introdução sobre Michel Foucault (1926-1984), filósofo e historiador cujas investigações sobre as redes de saber e poder fundamentam o conceito de biopolítica. Embora já fosse um pensador de renome internacional na década de 1960 devido a obras como *As Palavras e as Coisas* (1966), sua eleição para a cátedra de "História dos Sistemas de Pensamento" no Collège de France, em 1970, inaugurou uma fase de amadurecimento teórico essencial para este estudo, período no qual Foucault aprofundou o exame das estruturas políticas ocidentais, transitando da análise arqueológica dos saberes para a genealogia do poder.

A partir de 1970, seus cursos e publicações passaram a focar sistematicamente no modo como o poder é exercido de forma difusa e multilateral nas instituições modernas, como escolas e hospitais. Foi nesse contexto de produção intelectual que o autor desenvolveu as chaves de compreensão para o poder disciplinar e a biopolítica, investigando desde a antiguidade greco-



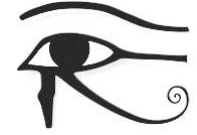
romana até a contemporaneidade para explicar como os dispositivos de saber operam na regulação da vida e na construção do sujeito moderno.

A análise aqui proposta fundamenta-se, primordialmente, em dois marcos da trajetória genealógica de Foucault, sendo eles, o conceito de poder disciplinar, que examina as tecnologias de adestramento e vigilância dos corpos individuais no espaço escolar, é extraído da obra *Vigiar e Punir* (1975); e a noção de biopolítica, que desloca o foco do corpo individual para o 'corpo-espécie' da população, e encontra sua gênese em *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976) e nas lições ministradas no Collège de France, especialmente no curso *Em Defesa da Sociedade* (1976). A articulação entre esses textos permite compreender como a escola moderna opera tanto na escala da disciplina individual quanto na regulação biopolítica da infância.

Dito isso, o autor começa sua reflexão sobre o poder, não como uma coisa ou substância que seria possuída por uns e extorquida de outros. Na verdade, o poder opera na sociedade de modo difuso, espalhando-se por uma rede social que inclui diversas instituições, como a família, as escolas, os hospitais e as penitenciárias. O poder, no entendimento de Foucault, é um conjunto de relações de força multilaterais, que atuam em detrimento de uns e para a vantagem de outros (Foucault, 1999).

O filósofo francês aponta historicamente que, nas sociedades modernas, a partir do século XVII, o poder era visto como um direito supremo. O soberano era aquele cujo poder residia essencialmente no direito sobre a vida e a morte dos homens. A fim de assegurar a defesa absoluta de sua pessoa ou território, era-lhe permitido apreender coisas, tempo, corpos, usar de seus súditos e tudo aquilo que lhe remetia como sujeito. Esse poder que emana do soberano era, de certa forma, intrínseco à morte, mas não à vida. Quando age, é porque lhe é lícito matar ou deixar de fazê-lo (Foucault, 2008).

No entanto, posteriormente, nasce uma nova organização do poder. O direito de morte tendia a se deslocar e a se apoiar nas exigências de um poder que gerasse a vida e a ordenasse conforme o interesse dos mais poderosos. O poder político passou a assumir os contornos de um biopoder, um poder que se exerce sobre a vida, em vez de um poder que se exerce sobre a morte. Se antes vigorava o princípio de que era legítimo provocar a morte ou



deixar viver, agora, modificando a ótica do poder, os mecanismos passariam a produzir a vida, articulados à possibilidade de se deixar morrer (Foucault, 2008).

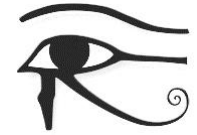
A biopolítica, ao articular-se com o campo da educação escolar, manifesta-se por meio de sistemas que operam como dispositivos de normatização e regulação social. Em termos práticos, a escola não apenas ensina conteúdos e referenciais, mas também impõe formas de comportamento, de conformidade e de adaptação a normas sociais. A utilização do conceito de “governo dos corpos” ou “governo das crianças”, termo atribuído por Foucault (2000), está presente na forma como as crianças são orientadas a se comportar de maneira adequada aos padrões de uma sociedade normatizada, com foco no “cidadão ideal”.

Embora a educação abranja contextos amplos, incluindo processos informais na família e na comunidade, delimita-se, para este estudo, o conceito à educação escolar, focando especificamente no processo educativo planejado que ocorre no espaço institucional. Sob essa ótica, as interseções conceituais entre biopolítica e práticas pedagógicas permitem analisar como o ambiente escolar atua na regulação da vida, especialmente no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos, sendo esse recorte analítico essencial para investigar as potencialidades da escola na garantia da educação como um direito humano fundamental, transformando o espaço de controle em um campo possível de emancipação e promoção de direitos.

É interessante observar esse elemento que carrega todas as teorias a serem analisadas: o corpo. Esse aglomerado de células, estrutura física de um organismo vivo que ultrapassa o seu conceito apenas científico. Esse corpo possui um papel central nas discussões sobre o sujeito, gênero, sexualidade e sobre a construção histórica e cultural que nos fundamenta como sociedade.

O conceito de “governo dos corpos” e regulação das liberdades infantis (que pode ser utilizada também para fase da juventude e adolescência), vem da criação da ideia de sujeito moderno, através da constituição de uma rede conceitual que estabelece o que é ser e como nos tornamos sujeitos (Foucault, 2000). Dessa forma, as crianças e a infância moderna constituíram-se alvos de discursos e práticas que norteiam, até hoje, formas de pensar e agir interligadas a elas (Costa *et al.*, 2019).

Embora Foucault não tenha desenvolvido uma teoria específica sobre a infância ou uma formulação conceitual sistemática sobre esse tema, há ferramentas, em seus estudos, que

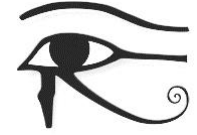


podem ser tomadas como chaves de compreensão, com as quais se pode interrogar os modos de construção da infância, a invenção do sujeito infantil, a disciplina e os mecanismos que põem em funcionamento a governabilidade da infância na sociedade, conduzindo sua conduta e a conduta dos que a conduzem, segundo normas e arranjos culturais, políticos e institucionais, imbricadas com a educação e a biopolítica.

Pensar a infância (e conseqüentemente o controle desse corpo, por meio da imposição do “certo” e do “errado”, a partir de Foucault, questionando o funcionamento das instituições), é compreender que não há uma aleatoriedade no modo como ela funciona no contexto social moderno. É perceber sua construção histórica como categoria das ciências do homem e não como um desenvolvimento natural. Desde sempre, a educação se dá em torno da transformação das crianças nos homens do amanhã. Pensar a infância, a partir das teorias de Foucault, para entender o controle que está imbricado na educação dos corpos, possibilita ver o que se está fazendo das crianças e com as crianças em nosso tempo presente.

Haroldo de Resende (2018), em sua obra “Michel Foucault: O governo da infância”, explora a aplicação das ideias de Foucault no campo da infância, observando como as sociedades modernas governam e disciplinam as crianças. O autor busca entender, a partir de uma análise foucaultiana, como o poder e os mecanismos de controle atuam na formação da criança como sujeito social, moldando seu comportamento, seu corpo e sua subjetividade através de práticas educacionais e institucionais. O livro aborda como a infância, ao longo da história, se tornou um campo de intervenção governamental. A análise de como instituições como escolas, hospitais e orfanatos se tornaram espaços de monitoramento e disciplinamento, onde as crianças são constantemente observadas e controladas para garantir que se ajustem aos padrões normativos da sociedade, conceitos já descritos anteriormente por meio da biopolítica.

Ao aplicar o conceito de “governo” ao corpo da criança, utilizando ferramentas teóricas foucaultianas, observa-se como a infância passa a ser vista como uma fase da vida que precisa ser gerida, tratada e direcionada, com o objetivo de produzir um sujeito “normal” e ajustado à ordem social, para que esse indivíduo se torne um adulto funcional na sociedade utilitarista e padronizada. O “governo da infância”, a partir de uma ótica foucaultiana, reflete sobre as formas de poder e controle que se instauram sobre as crianças e como as instituições modernas se encarregam de moldá-las de acordo com as normas e expectativas sociais. A



relação entre a infância, as práticas educacionais e a construção do sujeito enfatizam como essas práticas refletem as dinâmicas de poder na sociedade (Resende, 2018).

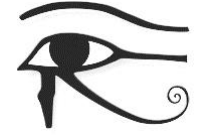
Da ideia de controle da infância, a partir de Foucault, surge o termo “nosopolítica”. Diferente do que se supõe, o conceito foi diretamente utilizado pelo autor em sua conferência "A crise da medicina ou a crise da antimedicina" (1974), referindo-se à estatização do biológico e à organização da saúde como um problema de gestão econômica e política da população. A nosopolítica refere-se à gestão, controle e organização das doenças e da saúde mental dentro da sociedade, sendo também interpretada como uma forma de poder exercida sobre a mente e as subjetividades dos indivíduos, que envolve e governa a infância (Carvalho, 2015). A partir dessa premissa, autoriza-se o termo “nosoinfância”:

Infância classificada em etapas, em processos, em condições determinadas, proposições de limites para o seu início e término, reunião de medidas igualitárias e, por consequência, hierárquicas - crianças saudáveis, doentes, delinquentes, exemplares, bons e maus futuros cidadãos, crianças normais e anormais, infância coligida nas estratégias de governo, pois é preciso defender a infância, conceder a ela o que lhe é de direito - mas não tudo - educar a infância, tratar a infância, socializá-la, medicalizá-la, lançá-la nas estatísticas de governos, enfim, fazer a infância existir (Carvalho, 2015, p. 25-26).

A nosopolítica, portanto, é vista como uma extensão da biopolítica. Enquanto a biopolítica foca no controle do corpo e da população em nível biológico, a nosopolítica poderia ser entendida como o controle das mentes, das subjetividades e da saúde psíquica de indivíduos e grupos, levando em consideração a forma como os governos e as instituições podem manipular ou organizar as condições mentais e psicológicas das pessoas para manter a ordem social.

E nesse sentido, o controle da subjetividade de um indivíduo começa na infância. Governar a infância significa educar as crianças, moldando-lhes o corpo e a alma, que, ao mesmo tempo, são efeito e instrumento de uma anátomo-biopolítica do e sobre seus corpos, com o objetivo de integrá-las à cultura moderna — seja para o bem ou para o mal —, direcionando-as para determinados lugares na sociedade e formas específicas de vida (Veiga-Neto, 2015).

As crianças que não se ajustam às demandas previstas em cada fase da infância e da juventude são consideradas problemáticas, desajustadas. Esse aspecto busca uma noção de uniformidade, de padrão esperado e imposto, em que todos esses indivíduos devem “desabrochar”, se desenvolver ao mesmo tempo e suprir expectativas externas e alheias,



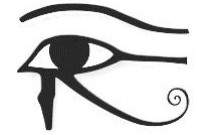
desrespeitando e não levando em consideração seus próprios ritmos, particularidades e singularidades corporais para se adequar ao mundo (Costa *et al.*, 2019).

A escolarização concentrou as crianças num processo de “isolamento”, o que Foucault, coincidindo com as ideias de Ariès (1981), designa como o lugar moderno onde se operou o afastamento das crianças do universo dos adultos numa ampla iniciativa de moralização destas.

A privação da liberdade da criança é manipulada sem sutilezas: em nome da não degeneração da espécie, imputa-se aos corpos-sujeitos-crianças as mais impiedosas práticas de contenção e castração, sobretudo dos movimentos corporais livres (Costa *et al.*, 2019). No contexto educacional, essa disciplina reflete-se na organização do tempo, no controle rigoroso dos movimentos em sala de aula e, fundamentalmente, na implementação de sistemas de avaliação, como notas, testes e exames, sendo esse último um o exame é o instrumento clássico da disciplina que permite a classificação e a normalização dos indivíduos, conforme exposto em *Vigiar e Punir* (Foucault, 1999b).

Articulado a essa vigilância individual, emerge o **biopoder**, que possui um cunho "massificante" e se direciona ao "homem-espécie", onde, a biopolítica, interligada à nosopolítica, não visa apenas o comportamento do aluno isolado, mas a "estatização do biológico" (Foucault, 1999a, p. 285-286), regulando a infância como uma população que deve ser protegida de degenerações. Sob esse prisma, as práticas de contenção e a categorização entre sujeitos "sadios" ou "anormais" ultrapassam o adestramento escolar e inserem-se em uma estratégia macro de gestão da vida, onde a adequação aos parâmetros sociais é lida como uma necessidade de preservação e otimização da espécie (Costa *et al.*, 2019).

A educação pode ser vista como um dos pilares para questionamentos sobre a sociedade atual, como um dos principais meios de “libertação” e reconhecimento da existência e atuação da biopolítica. No entanto, a educação também pode ser aplicada pelas instituições de ensino, de maneira a fomentar o controle dos corpos, a fim de gerar a manutenção do controle num modo geral. Controlando os corpos e o pensamento, controla-se tudo. Nesse sentido, “a instituição escola faz parte de uma teia, de um entrelaçamento de relações extremamente complexas que molda sujeitos e sociedades e, ao mesmo tempo, por eles é moldada” (Cassiavillani; Albrecht, 2022).

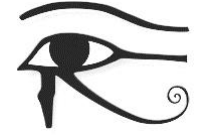


Segundo Wichterich (2015, p. 25), a biopolítica reflete o equilíbrio de poder ou a luta pelo poder nas sociedades, mediando interesses e sistemas de valores. Esse conceito pode ser aplicado nas instituições de ensino e no modelo atual de educação, considerando que mediar e modelar valores também implica construir o imaginário social sobre quais valores são esses e definir quais são importantes.

O poder não é algo que “produz efeitos ideológicos, e sim, é um lugar de formação de saber: saber e poder possuem relação mútua” (Maccoppi, 2023, p. 31). Essa relação mútua se aplica na educação de maneira explícita, tendo em vista que o exercício do poder, de uns indivíduos sobre outros, tem o propósito de controlar a formação do saber, agindo de maneira a moldar o que se ensina, o que se aprende, como se ensina, como se aprende, por meio de quais vieses e recortes, para quem se ensina e para quem não se ensina, e ainda, quais são as pessoas que merecem e quais são as pessoas que não merecem o acesso ao direito à educação de qualidade.

Importante fazer uma distinção entre o papel da educação (em sentido amplo) e o papel da escola (educação formal). A escola, enquanto instituição de educação formal, tem um papel estruturado e sistemático na transmissão do conhecimento, seguindo currículos predefinidos, normas pedagógicas e objetivos educacionais estabelecidos pelo Estado e pela sociedade. Sua função central é promover a aprendizagem de conteúdos específicos, desenvolver habilidades cognitivas e preparar os indivíduos para a vida acadêmica e profissional dentro de um sistema regulamentado. No entanto, a educação, em sentido amplo, ultrapassa os limites da escola, abrangendo os processos de aprendizado que ocorrem ao longo da vida, em diferentes espaços e contextos sociais. Ela ocorre na família, nas interações culturais, no trabalho, nos meios de comunicação e nas relações interpessoais, sendo um fenômeno contínuo que contribui para a formação ética, social e emocional do indivíduo. Enquanto a escola desempenha um papel essencial na organização e formalização do conhecimento, a educação em seu sentido mais amplo é responsável pela construção de valores, pela transmissão de saberes informais e pela formação da identidade e cidadania dos sujeitos na sociedade.

Ademais, a escola pós-moderna rompe com a concepção tradicional de um espaço isolado e autossuficiente de transmissão do conhecimento, tornando-se uma instituição interconectada com outras esferas sociais, culturais e tecnológicas. Diferente do modelo clássico,



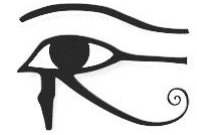
no qual a escola era vista como o principal e muitas vezes único local de aprendizado formal, hoje ela se vincula a diversas outras instituições, como a família, o mercado de trabalho, organizações da sociedade civil e, cada vez mais, às redes sociais e ao universo digital.

Essa mudança reflete a complexidade do mundo contemporâneo, onde a informação circula de maneira descentralizada e o aprendizado ocorre de forma contínua e multifacetada. As redes sociais, por exemplo, passaram a ser um espaço tanto de acesso ao conhecimento quanto de disputa narrativa, influenciando a forma como os alunos interagem com o saber, constroem suas identidades e compreendem o mundo. Assim, a experiência escolar hoje é marcada por uma dualidade – ao mesmo tempo em que se torna mais dinâmica, conectada e interativa, também enfrenta a necessidade de ressignificar seu papel em meio a uma sociedade hiperconectada, onde o professor já não é a única fonte de saber e a escola não é mais o único espaço de aprendizagem.

A escola é uma instituição moderna, o que significa dizer que antes, se educava e ensinava sobre o mundo às crianças de diferentes maneiras (Foucault, 1988). Foi apenas a partir do fim do século XVIII, com a emergência das sociedades industriais, que o modelo de escola que conhecemos e praticamos hoje, em larga escala, se constituiu (Foucault, 1988).

Segundo Foucault (1987), tratamos de criar uma instituição à semelhança das fábricas e das prisões: organizar e distribuir os corpos no tempo e no espaço; aplicar a todos o mesmo programa, baseado na disciplina e na domesticação; definir os parâmetros de saída esperados, conferir a qualidade dos produtos ao final do processo, liberar os adequados e reter os desajustados, aplicar castigos e correções àqueles que não atenderem às expectativas; e repetir o processo infinitamente, a fim de garantir padronização, escala e controle.

Os currículos escolares são constantemente moldados por políticas que refletem as necessidades de produção e organização da sociedade, extrapolando o conteúdo técnico para incidir sobre valores culturais e políticos, de modo que a escola, a partir desse prisma, opera como um dispositivo de transmissão de normas que validam saberes úteis à manutenção de uma ordem social específica. Para César (2010), essa ordem é utilitarista e capitalista ao privilegiar competências voltadas estritamente à eficiência do mercado de trabalho, e machista ao reproduzir binarismos de gênero e silenciar dissidências em suas práticas pedagógicas. apresentando como exemplos a hierarquização de disciplinas que privilegiam a razão instrumental em detrimento das



artes e humanidades, bem como na organização de espaços e currículos que historicamente segregam ou invisibilizam a produção feminina e as questões de diversidade.

Nesse sentido, analisar a escola sob a ótica da genealogia foucaultiana permite compreendê-la como uma instituição centrada na disciplina de corpos e mentes, como afirma César (2010, p. 238):

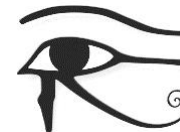
Analisar a escola do ponto de vista da genealogia foucaultiana é tomá-la como uma instituição centrada na disciplina de corpos e mentes; significa compreendê-la como um objeto que surgiu em um determinado momento, funcionou segundo determinadas condições e que, como todo objeto histórico, poderá desaparecer" (César, 2010, p. 238).

Além disso, Louro (2014) entende que a escola se incumbiu de separar os sujeitos. Dividiu os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes, bons e maus. Ela se fez (e se faz) diferente para os ricos e para os pobres e, ainda, separou os meninos das meninas (Louro, 2014).

Dessa forma, a escola passou a ocupar o papel de responsável por transmitir o conhecimento, como uma instituição disciplinar, com o objetivo de garantir que os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade fossem implementados, além de estabelecer o controle social e de classe, assegurando a manutenção das diferenças e dos privilégios sociais, bem como a reprodução da ordem vigente e da moral (Mascarenhas, 2018, p. 03). Torna-se evidente como os conceitos apresentados se interrelacionam com o conceito de biopolítica.

A biopolítica remete à transformação das sociedades disciplinares, a um aperfeiçoamento das práticas de assujeitamento. É o que podemos corresponder ao que Deleuze (1925-1995), filósofo francês que ocupa um lugar importante nos debates contemporâneos sobre sociedade, política e subjetividade, em sua análise, denominou como *sociedade do controle*: se as sociedades disciplinares eram marcadas pelo confinamento e pelas disciplinas, as sociedades de controle são antes modulares, operam por meio de práticas amorfas, sutis e difusas, mas que se fazem sentir diretamente no corpo.

O aumento das demandas nos moldes do mercado, que reduzem a experiência de tempo livre — fundamental para o trabalho intelectual e para uma vida saudável —, contribui para o desinteresse na busca pelo conhecimento e na educação de qualidade como um sentido para a vida, por curiosidade e desejo de construção do pensamento. Assim, questiona-se, a partir



Hórus, v.21, n.1, 1-24, 2026

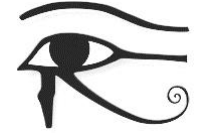
das noções de precariedade e biopolítica no campo da educação: "Quais corpos a escola produz? Quais práticas biopolíticas funcionam na educação? E quais são as relações entre precariedade e educação?" (Silva, 2020, p. 10).

Na sociedade do controle, a partir da ideia de Deleuze (1996), pode-se observar que, desde o final do século XVIII, a escola se configurou como um conjunto de práticas e discursos dirigidos ao indivíduo, visando a produção de corpos dóceis, facilmente manipuláveis e submissos. No interior da instituição escolar, levando-se em consideração as variáveis de tempo e espaço, as práticas e os discursos escolares organizam, excluem, separam, classificam, examinam, hierarquizam e moralizam tanto os *corpos* como os *saberes*, os quais, ao serem ordenados, também receberam o nome de disciplinas. O conceito de sociedade de controle de Deleuze (1996) demonstra o esgotamento da sociedade disciplinar e, desse modo, sugere a própria morte de instituições disciplinares, como a escola.

“Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares”, conforme reflete |Deleuze (1996, p. 4). Para o autor, as evidências mais claras dessa transformação da sociedade disciplinar são “as formas de controle contínuo, avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na universidade, a introdução da empresa em todos os níveis de escolaridade” (Deleuze, 1996, p. 4).

A biopolítica, atrelada à educação, sustenta interdições de diferentes ordens, mas principalmente em relação “às tecnologias de comportamento das populações como forma de controle da vida, o que tanto pode levar à melhoria da qualidade da vida humana como à sua animalização” (Trevisan, 2024, p. 11). As estratégias utilizadas pela governabilidade e pelo Estado visam “não apenas tornar a educação refém do mercado, mas, para além disso, alinhar a educação a uma estratégia mais ampla, de índole biopolítica” (Trevisan, 2024, p. 13).

A modernidade biopolítica caracteriza-se pelo deslocamento da política para a gestão do "simples viver", articulando-se em duas dimensões complementares que formatam o pensamento moderno (Foucault, 1988). No ambiente escolar, essa articulação ocorre por meio de técnicas de governamentalidade que integram o poder disciplinar e o biopoder. Enquanto a disciplina recai sobre os indivíduos para a produção de corpos dóceis e úteis ao capitalismo, a



biopolítica incide sobre a população, visando regular a saúde, a longevidade e a segurança do corpo-espécie. Essa dupla face do poder explica a situação do ser humano contemporâneo que, ao ser capturado por dispositivos de normalização e pelo estado de exceção, aproxima-se da figura do *homo sacer* de Giorgio Agamben, demonstrando que a escola não apenas adentra o aluno individualmente, mas gere a infância como uma massa populacional a ser administrada e protegida conforme os interesses do Estado e do mercado.

O estado de exceção é uma forma jurídica de poder desencadeado pelo Estado diante da ameaça à sua soberania ou ordenamento jurídico. No entanto, nas democracias modernas, o estado de exceção virou regra, o que permite que os direitos de cidadania sejam suspensos a qualquer momento (Trevisan, 2024, p. 11).

Esses conceitos apontam para um mesmo fenômeno na modernidade biopolítica, imbricada com a educação: “a (re)produção da vida desqualificada, despida dos direitos de ciência, cultura, visão de mundo ética e estética e submissa aos preceitos de uma razão puramente instrumental e mercadológica” (Trevisan, 2024, p. 12). Dessa forma, a biopolítica incide sobre os modos de vida da população e estabelece os mecanismos de regulação social. Assim, a educação, enquanto instituição social e prática pedagógica, é um dos principais espaços de exercício da biopolítica.

Ao analisar as instituições educacionais e outras formas de controle social, observa-se como o poder exercido pela biopolítica, pela educação e pela noinfância desempenha um papel crucial na formação dos “sujeitos adequados”. A educação se torna um mecanismo de produção de “verdade”, no sentido de que o que é ensinado, aprendido e validado nas escolas reflete um conjunto de saberes que legitima e perpetua as relações de poder existentes.

Se refletirmos a partir da discussão foucaultiana da noção neoliberal de “capital humano”, compreenderemos que o novo sujeito econômico ativo deverá produzir-se a si mesmo por meio das novas tecnologias informacionais, nutricionais, educativas e físicas, as quais deverão ampliar suas capacidades corporais e cognitivas no sentido de torná-lo um “empreendedor de si mesmo”. (César, 2010, p. 235).

Deleuze (1996) reflete na própria educação nacional, baseando-se no conceito de sociedade do controle, em um cenário atual capitalista e neoliberal que, por exemplo, usa



ferramentas como “salário por mérito”: assim como a empresa substitui a fábrica, a formação permanente tende a substituir a escola, e o controle contínuo substitui o exame. Este é o meio mais garantido de entregar a escola à empresa.

Assim, na visão dos alunos, que, em um plano de controle educacional mercantilista e utilitarista, veem a escola como uma instituição “ultrapassada”, conforme reflete César (2010, p. 236),

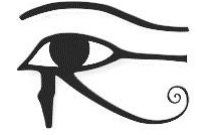
Nos ensinos médio e fundamental, os alunos muitas vezes ‘sabem’ mais que os/as professores/as, porque têm acesso às tecnologias de informação, ao passo que os/as professores/as não possuem mais a autonomia pedagógica que antes definia o seu papel, devendo estar em um processo contínuo de aprendizagem.

Deleuze (1996, p. 216) afirma, portanto, que “tentam nos fazer acreditar numa reforma da escola, quando se trata de uma liquidação”. Aquilo que se vislumbra é uma transformação social intensa que se deixa perceber na mudança da linguagem, dos processos de subjetivação e da estrutura de funcionamento institucional, que agora dá lugar ao conceito de empresa (César, 2010).

O sistema educacional se torna, assim, um campo privilegiado para a reprodução das relações de poder, onde o controle da vida individual e coletiva é exercido não apenas de maneira repressiva, mas também através de formas sutis de normatização e gestão. Ao analisar a educação sob a ótica da biopolítica, pode-se perceber como as práticas pedagógicas estão interligadas com a produção de normas sociais, culturais e políticas, e como essas práticas impactam a formação dos sujeitos, as relações de poder e as formas de resistência dentro do campo educacional.

## **2. DE FOUCAULT À PAULO FREIRE: UMA ANÁLISE DO SUJEITO**

Paulo Reglus Neves Freire nasceu em Recife, no dia 19 de setembro de 1921, e faleceu em São Paulo, em 2 de maio de 1997. Foi um educador e filósofo brasileiro, considerado um dos pensadores mais notáveis da história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado de pedagogia crítica. Autor de obras importantes para a literatura brasileira e mundial, como “Pedagogia do oprimido”, “Pedagogia da autonomia” e “Educação como prática

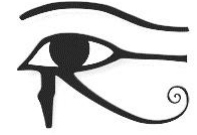


de liberdade”, Freire tem um olhar voltado para depositar na educação a esperança pela transformação social necessária, refém do controle e do poder estudados por Foucault.

A conexão pedagógica, filosófica, literária e teórica entre Paulo Freire e Michel Foucault pode ser estabelecida a partir de alguns pontos-chave, que atravessam tanto o campo da educação quanto o da análise crítica das relações de poder e conhecimento na sociedade. Ambos os pensadores questionam as formas tradicionais de dominação e controle, embora com abordagens distintas. Paulo Freire é um dos maiores pensadores da educação crítica, enquanto Michel Foucault, embora não seja um educador no sentido tradicional, oferece uma análise profunda dos mecanismos de poder que também se aplicam ao campo educacional, conforme já observado. As abordagens de ambos buscam desnaturalizar os processos educacionais tradicionais, entendendo que a educação não é neutra, mas está inserida em um contexto de relações de poder.

Há diversos pensadores e estudiosos da educação, tanto em âmbito nacional quanto internacional, que tem se debruçado sobre a compreensão do ensino como um fenômeno social, político e cultural, influenciado por estruturas de poder, relações interpessoais e concepções filosóficas. Desde a tradição pragmatista de John Dewey, que defendia uma educação voltada para a experiência e a democracia, até as teorias sociológicas de Pierre Bourdieu, que analisam a reprodução das desigualdades sociais no campo educacional, observa-se um rico campo de debates sobre o papel da escola na formação dos indivíduos. No Brasil, autores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro trouxeram contribuições fundamentais para a democratização do ensino.

Sabe-se a respeito da importância desses pensadores no âmbito da educação e que há um vasto estudo sobre a educação formal, enfatizando a necessidade de um sistema educacional inclusivo e acessível. No entanto, a proposta teórica utilizada no presente trabalho será a de Paulo Freire, cuja obra propôs um rompimento com modelos tradicionais e um ensino voltado para a emancipação dos sujeitos. Seu pensamento dialoga com autores como Lev Vygotsky, no que diz respeito à interação social no aprendizado, e com Henry Giroux, que aprofundou a pedagogia crítica em contextos contemporâneos. Assim, a interseção de diferentes teorias e abordagens demonstra a complexidade do campo educacional, no qual se articulam concepções filosóficas, sociológicas e políticas em um esforço contínuo para compreender e transformar a prática pedagógica.



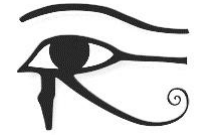
Freire propõe uma pedagogia que visa a transformação social por meio do diálogo entre educador e educando, de modo a romper com a concepção tradicional de educação “bancária”, em que o educador deposita o conhecimento nos alunos de forma unidirecional (Freire, 1987). A teoria da “educação bancária” aponta para uma crítica ao modelo tradicional de ensino, no qual o educador é visto como o único detentor do conhecimento, e o aluno é tratado como um receptáculo passivo que deve receber esse saber, sem questioná-lo ou contribuir para sua construção (Freire, 1987, p. 58). Nessa visão,

(...) ao receberem o mundo que neles entra, já são seres passivos, cabe à educação apassivá-los mais ainda e adaptá-los ao mundo. Quanto mais adaptados, para a concepção “bancária”, tanto mais “educados”, porque adequados ao mundo. Esta é uma concepção que, implicando numa prática, somente pode interessar aos opressores que estarão tão mais em paz, quanto mais adequados estejam os homens ao mundo (Freire, 1987, p. 60).

Em contraponto à “educação bancária”, o autor propõe uma alternativa: a “educação dialógica”. Essa teoria visa a libertação do educando, que tem como base, também, o amor, pois onde se tem amor, não há de existir relações de poder, controle e dominação. Freire (1987, p. 78) reflete que “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo”. O autor propõe um modelo em que o educador e o educando se relacionam de maneira horizontal, sem a imposição de um saber único e absoluto (Freire, 1987).

Sua ideia de “consciência crítica” é fundamental para que os alunos se tornem sujeitos ativos, transformando sua realidade. Para ele, “a educação deve ser um processo de conscientização que questiona as estruturas sociais, políticas e econômicas” (Freire, 1987, p. 77). Nesse sentido, a educação dialógica enfatiza a importância de desenvolver uma consciência crítica (ou “consciência do mundo”) nos alunos. A educação dialógica se distancia do modelo tradicional e hierárquico de ensino, promovendo uma educação que coloca o aluno como sujeito ativo na construção do conhecimento e no processo de mudança social. O diálogo, a crítica, a contextualização do saber e a ação prática são seus pilares fundamentais, buscando uma educação mais justa, democrática e libertadora (Freire, 1987).

A educação, no entanto, só será libertadora se promover um processo de diálogo entre educador e educando. O professor não pode ser apenas um transmissor de conhecimento, mas um facilitador do processo de aprendizagem, que provoca o aluno a questionar, refletir e



atuar sobre sua realidade. Ele enfatiza que a educação, para ser libertadora, deve ser um processo dialético, onde educador e educando se envolvem de forma igualitária na construção do conhecimento” (Freire, 1967, p. 37).

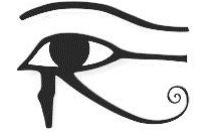
A educação dialógica propõe que o ensino seja sempre contextualizado à realidade dos alunos. O professor deve partir das experiências e vivências dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos do processo educativo (Freire, 1987). Assim, o conteúdo deve ser relevante para a vida deles e ser capaz de gerar reflexão crítica sobre o mundo, ou seja, “a visão educacional não pode deixar de ser ao mesmo tempo uma crítica da opressão real em que vivem os homens e uma expressão de sua luta por libertar-se” (Freire, 1967, p. 08).

A proposta é que a educação seja um processo de ação-reflexão-ação. Isso significa que os alunos não devem apenas refletir sobre a realidade, mas também atuar como sujeitos transformadores. A educação não deve ser apenas uma transmissão de conteúdos dos professores para os alunos, mas uma forma de os alunos se conscientizarem das injustiças e das condições de opressão em que vivem, com o objetivo de mudar sua realidade. A aprendizagem, assim, é um processo dinâmico em que teoria e prática se inter-relacionam de forma constante (Freire, 1967).

A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola”, autoritária por estrutura e tradição (Freire, 1967, p. 110).

Embora Foucault não tenha elaborado uma teoria pedagógica propriamente dita sobre educação, ele oferece conceitos como “poder/saber” e “biopoder”, que ajudam a entender como a educação, enquanto instituição, serve para moldar sujeitos conforme os interesses do poder dominante. Em *Vigiar e Punir* (1987), conforme já mencionado anteriormente, Foucault analisa o surgimento de instituições educacionais e a construção do sujeito disciplinado, um tipo de sujeito que é constantemente vigiado, controlado e corrigido. Nesse sentido, Foucault questiona as práticas de normalização que a educação exerce, ligando-as à produção de comportamentos obedientes.

Dessa forma, ambos os autores conectam suas ideias ao apontar as relações de poder e a tentativa de controle no aspecto educacional e nas instituições de ensino. Tanto Freire



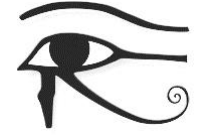
quanto Foucault criticam as formas tradicionais de educação de maneiras distintas: Freire aponta para uma pedagogia emancipatória que busca a autonomia do sujeito, enquanto Foucault alerta para os mecanismos de controle que a educação pode instaurar. A crítica de Foucault à disciplina pode ser vista como uma reflexão sobre as relações de poder que Paulo Freire também desejava transformar e que apontava em suas obras.

A filosofia de Paulo Freire está intimamente ligada ao existencialismo e à fenomenologia, em um esforço para romper com as formas de dominação impostas pela educação tradicional. Freire propõe uma epistemologia do sujeito que se opõe a uma epistemologia do objeto. Ou seja, a pedagogia que ele defende não parte de um saber já pronto, mas da experiência e da reflexão crítica do sujeito (Freire, 1987). Foucault, por outro lado, desenvolve uma crítica da razão moderna, que inclui o questionamento das ciências humanas e sociais. Ele desafia a ideia de um sujeito autônomo e racional, apontando como o sujeito é formado pelas práticas de poder e pelos discursos que produzem o saber (Foucault, 1979).

Ambos os pensadores têm um profundo interesse pela questão do sujeito e de como ele é moldado pela sociedade, com Foucault investigando a constituição do sujeito através do poder e Freire apostando na educação como uma ferramenta para a formação de um sujeito crítico. Para Freire, tendo sua base filosófica e pedagógica influenciada pela teoria da conscientização, a educação deve permitir que o sujeito perceba sua realidade de forma crítica e se torne capaz de transformá-la (Freire, 1987). A teoria pedagógica de Freire propõe uma reconfiguração do sujeito como protagonista da sua própria educação e transformação. Ele articula uma teoria que implica nessa radical transformação social e política, na qual os oprimidos devem se conscientizar de sua condição para libertar-se da exploração, sendo a educação o principal caminho para essa emancipação do sujeito (Freire, 1987).

A educação deve contribuir para a formação de uma consciência crítica, que permita aos indivíduos perceberem as estruturas de poder que moldam suas vidas e as da sociedade como um todo. Dessa forma, contextualiza que a educação não pode ser neutra e deve, necessariamente, estar comprometida com a justiça social, devendo ser um ato político que visa a superação das desigualdades (Freire, 1967).

Foucault, no entanto, vê o poder como algo descentralizado e não apenas repressivo, mas também produtivo, criando subjetividades. O filósofo desconstrói o conceito de



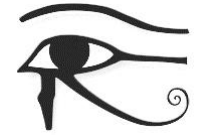
sujeito autônomo, sugerindo que o sujeito não é algo dado ou natural, mas é construído por práticas discursivas e relações de poder (Foucault, 1988). Argumenta que “o sujeito é constituído por um conjunto de práticas discursivas e formas de poder, que determinam como ele se vê e como os outros o veem” (Foucault, 1988).

Freire, em *A Pedagogia da Autonomia* (1996), reforça o papel da educação como um mecanismo de crítica, abordando a relação entre educadores e educandos e propondo um modelo pedagógico fundamentado no respeito mútuo e na construção coletiva do conhecimento. O professor não é (nem deve ser) o detentor de todo o conhecimento, nem apenas transmitir informações prontas, mas um “mediador” que se coloca ao lado do aluno, reconhecendo sua experiência e ajudando-o a refletir sobre o mundo, incentivando-o justamente ao que defende no título da obra: sua autonomia. O educador, então, deve estar comprometido com a “prática da liberdade” e buscar constantemente sua própria formação (Freire, 1996).

Fazendo exatamente esse paralelo entre o controle e o poder da biopolítica de Foucault e as teorias de liberdade e autonomia de Freire, a crítica à educação tradicional se dá justamente porque ela visa apenas a repetição mecânica do saber, sem questionamentos ou reflexão. Dessa forma, ensinar não deveria ser a transferência de conhecimento, mas a criação de possibilidades.

Assim, Freire defende que o aluno não deve ter uma posição passiva, de objeto. Pelo contrário, acredita que o ensino se dá de forma ativa, transformadora e modificadora. Nesse sentido, se, na experiência da formação, que deve ser permanente, os alunos começam por aceitar que o formador é o *sujeito* em relação a quem os alunos se consideram o objeto, ele é o sujeito que forma e os alunos, o objeto por ele formado, acabam por se considerar como pacientes que recebem os conhecimentos-conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são apenas transferidos (Freire, 1996, p. 12). O ensino é mútuo. Em uma de suas frases mais famosas, Freire afirma que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1996, p. 12). E continua,

Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo-relativo. Verbo que pede um objeto direto – alguma coisa – e um objeto indireto – a alguém. (...) Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar.



A autonomia é inseparável da liberdade. Somente quando o educando se torna sujeito de sua aprendizagem, é que se torna realmente livre. A pedagogia da autonomia visa, portanto, libertar os educandos da passividade e da opressão que marcam muitos sistemas educacionais, tornando-os críticos e reflexivos, e por isso precisa estar em constante transformação de si mesmo (Freire, 1996).

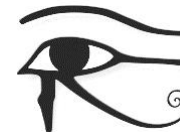
A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém (Freire, 2023, p. 34).

Outro ponto fundamental é a relação ética e afetiva entre educadores e educandos. O educador deve agir com ética e sensibilidade, tratando-os com respeito e dignidade, pois “o afeto é elemento fundamental na construção do conhecimento”. Um ambiente afetivo e de confiança favorece a aprendizagem e o desenvolvimento da autonomia, já que a educação deve ser um ato de amor, mas também de compromisso com a construção de um mundo mais justo e igualitário. Segundo Freire (1996), somente a educação, que é amorosa e crítica, pode formar sujeitos comprometidos com a transformação da sociedade. Com isso,

Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita. Não há educação do medo. Nada se pode temer da educação quando se ama (Freire, 2023, p. 36).

Não há como existir amorosidade entre homens e mulheres, entre os seres humanos, se não formos capazes de amar o mundo (Freire, 2023, p. 26). E essa relação entre o homem e o mundo está cada vez mais afastada da ideia da educação com amor. Conforme afirma o autor, “a civilização ocidental, expressa na racionalidade fria e calculista da filosofia, da ciência e da tecnologia modernas, revelou-se incapaz de salvaguardar os valores que defende e de articular a linguagem com que te comunicas” (Freire, 2023).

Nesse sentido, a instrumentalização da educação converge para a mecanização das massas e para um modelo formativo voltado à manutenção da lógica capitalista. Esse cenário reflete o que Foucault identifica como a racionalidade técnica da modernidade, na qual o saber é colocado a serviço de uma eficácia puramente produtiva, transformando a escola em uma



"máquina de ensinar" que prioriza o desempenho em detrimento da reflexão ética. Para Freire, essa mecanização, oriunda de uma sociedade cada vez mais técnica e "robotizada", afasta o sujeito da reflexão crítica, operando como um plano de ordem e controle que silencia a singularidade humana.

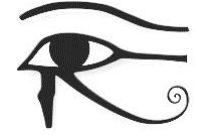
A aproximação entre os autores torna-se evidente quando percebemos que a "educação bancária" denunciada por Freire funciona como uma tecnologia disciplinar foucaultiana: ambos os mecanismos visam a docilização e a neutralização do potencial disruptivo do sujeito. Contra essa tendência, Freire (2023, p. 82) sustenta que:

Se a vocação ontológica do homem é a de ser sujeito e não objeto, só poderá desenvolvê-la na medida em que, refletindo sobre suas condições espaçotemporais, introduz-se nelas, de maneira crítica. Quanto mais for levado a refletir sobre sua situacionalidade, sobre seu enraizamento espaçotemporal, mais “emergirá” dela conscientemente “carregado” de compromisso com sua realidade, da qual, porque é sujeito, não deve ser simples espectador, mas deve intervir cada vez mais (Freire, 2023, p. 82).

Enquanto Foucault nos alerta que o tecnicismo moderno busca padronizar as condutas para gerir a população como um recurso útil, Freire (2023, p. 87) reafirma que é o homem quem faz o futuro, pois “à medida que o homem cria, recria e decide, vão se formando as épocas históricas”. A resistência a esse controle tecnicista reside, portanto, na pluralidade das relações do homem com o mundo: no jogo constante de suas respostas aos desafios da realidade, o sujeito organiza-se e escolhe a melhor resposta, exercendo sua liberdade na própria singularidade (Freire, 2023, p. 84).

Desse modo, fica demonstrado que ambos os pensadores, Freire e Foucault, propõem uma crítica à concepção de um sujeito estático e autônomo. Para Freire, o sujeito se torna crítico e transformador por meio da conscientização e da educação libertadora. O sujeito é produto de práticas discursivas e relações de poder. Nesse cenário, a educação, para ambos, é central na formação do sujeito, mas enquanto Freire vê a educação como uma forma de emancipação e conscientização, Foucault a vê como um meio de subjetivação e controle.

Com esses conceitos de autonomia, diálogo e liberdade, Freire encontra as ideias de Foucault com a biopolítica, o poder e os estudos sobre o controle do sujeito. Ambos caminharam, de certa forma, em direções opostas, mas visam refletir sobre o mesmo tema: a



necessidade da liberdade do sujeito para mudança da sociedade em que ele se encontra. Para isso, a educação pode ser um caminho (para Freire) ou um muro (para Foucault).

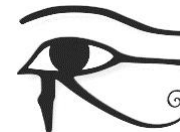
### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A infância, longe de ser compreendida como uma etapa neutra e universal do desenvolvimento humano, é concebida aqui como uma construção social e histórica, atravessada por disputas simbólicas e materiais. A escola, nesse cenário, se apresenta como um espaço para a análise dos efeitos da biopolítica, mas também como campo de possibilidade para a subversão dessas lógicas. Reconhecer a criança como sujeito histórico e político implica deslocar o olhar para além dos modelos normativos e abrir espaço para escutas plurais e experiências singulares.

Nesse sentido, as contribuições de Foucault oferecem um instrumental teórico potente para a problematização das tecnologias de poder que atravessam a educação e que atuam diretamente na constituição dos sujeitos infantis. Contudo, ao tensionar essa perspectiva com os aportes de Freire, abre-se a possibilidade de conceber a educação como prática de liberdade, como espaço de escuta ativa, de valorização das experiências e de emancipação dos sujeitos. Análise que evidencia que as infâncias não são homogêneas, exigindo práticas educativas que reconheçam as diferenças e os ritmos singulares de cada criança, opondo-se à uniformidade imposta pela racionalidade técnica moderna

Assim, reconhecer os entrelaçamentos entre biopolítica, educação e infância é também um convite ético e político: repensar a escola como lugar de formação de sujeitos conscientes, críticos e ativos no mundo. Em meio às forças de disciplinamento e regulação, há sempre possibilidades de criação, de resistência e de reinvenção do viver — e é nesse espaço de tensão que reside a potência transformadora da educação. Não há como estar forte e munido de referências externas para mudar a realidade em que se vive se não há espaço para o conhecimento interno, de si mesmo.

Propositivamente, isso demanda a implementação de políticas educacionais que protejam a infância da medicalização precoce e do tecnicismo mercantilista, substituindo a "educação bancária" por círculos de cultura e estratégias de escuta que validem a criança como protagonista de sua própria história. É no entendimento de si que o sujeito compreende o mundo e, munido dessa consciência crítica, torna-se capaz de transformá-lo.



## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.  
CARVALHO, Alexandre Filordi. Por uma Ontologia política da (d)eficiência no governo da infância. *In*: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 25-48.

CASSIAVILLANI, Thiene; ALBRECHT, Mirian Pacheco Silva. Educação Sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4001>. Acesso em: 22 abr. 2026.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. (Des)governos...: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 224–241, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/850>. Acesso em: 22 abr. 2026.

COSTA, Andrize Ramires; KUHN, Roselaine; ILHA, Franciele Roos da Silva. O governo dos corpos e a regulação das liberdades infantis. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, p. e25083, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/93493>. Acesso em: 22 abr. 2026.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000. p. 219-226. Disponível em: [https://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Post-Scriptum\\_sobre\\_as\\_Sociedades\\_de\\_Control.pdf](https://historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Post-Scriptum_sobre_as_Sociedades_de_Control.pdf). Acesso em: 22 abr. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

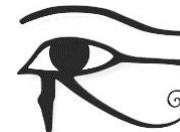
FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



Hórus, v.21, n.1, 1-24, 2026

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MACCOPPI, Jaqueline Alexandra. **Governantes ou governadas?** O útero como campo de gestão biopolítica e suas implicações práticas e legais. Belo Horizonte: D'Plácido, 2023.

MASCARENHAS, Leonardo Balbino. Biopolítica, educação e resistência na contemporaneidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1537-1554, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623675587>. Acesso em: 22 abr. 2026.

RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault**: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SILVA, Jefferson Rodrigues. Síndrome de Burnout em professores brasileiros. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 18, p. e-65418, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rppoi.v18.65418>. Acesso em: 22 abr. 2026.

TREVISAN, Amarildo Luiz. A política educacional da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC): um olhar a partir da biopolítica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 35, p. e20220065BR, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2022-0065BR>. Acesso em: 22 abr. 2026.

VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? *In*: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault**: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 49-56.

WICHTERICH, Christa. **Direitos Sexuais e Reprodutivos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll